

## A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DISCURSO ENQUANTO MECANISMO DE MANUTENÇÃO DOS REGIMES AUTORITÁRIOS: DE 1984 A 2019

### THE SPEECH'S INSTRUMENTALIZATION AS A MECHANISM FOR MAINTAINING AUTHORITARIAN REGIMES: FROM 1984 TO 2019

Yanca Abreu Câmara<sup>1</sup>

**Resumo:** Parte-se do cenário do romance distópico 1984, de George Orwell, em que se utiliza da difusão organizada do discurso da violência entre civis, por meio dos “dois minutos de ódio” e da “semana do ódio”, enquanto forma de controle social. Através do método da Análise do Discurso foucaultiana, o trabalho objetiva demonstrar como tal contexto torna-se característico de governos totalitários na medida em que há o afastamento da ética discursiva de Jurgen Habermas. Correlatamente, analisa o fenômeno da ascensão do autoritarismo em contexto nacional, de modo que os resultados apontam para uma conjuntura marcada pelo discurso violento, especialmente alastrado pelas mídias sociais, operacionalizadas por forças políticas, que, por sua vez, desempenham função equiparável ao poder da propaganda orwelliana.

**Palavras-chave:** Direito e Literatura; Análise de Discurso; Ética Discursiva; Autoritarismo; Mídias Sociais.

**Abstract:** The present paper begins by addressing the scenario in George Orwell’s dystopian novel 1984, where violent discourse is widespread between civilians through the “Two Minutes Hate” and the “Week of Hate” events as a means of social control. Through the Foucauldian discourse analysis method, the article aims to demonstrate how such context is characteristic of totalitarian governments insofar as there is a departure of the discourses ethics as understood by Jurgen Habermas. Correlatively, the paper analyses the phenomenon of authoritarian ascension in Brazil’s national context, where the conjecture is marked by hate speech, specially disseminated through operationalized social media usage by political forces, which, in its own way, develops a similar role and power to that of the orwellian propaganda.

**Keywords:** Law and Literature; Discourse Analysis; Discourse Ethics; Authoritarianism; Social medias.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo da literatura distópica é, fundamentalmente, uma análise crítica dos avanços da sociedade moderna e das suas implicações nas relações de poder em níveis sociais e subjetivos.

No romance distópico em análise, *1984*, de George Orwell, a população da província situada na Oceania vive sob o regime autoritário e ultra-eficiente do Grande Irmão, o qual se funda na violência e é marcado pela supressão das liberdades individuais, estado total e forte apelo da propaganda política. Nesse cenário, Winston Smith, membro do Partido Externo e funcionário do Ministério da Verdade, passa a dissuadir-se em relação ao governo vigente.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Mineira de Direito (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais — PUC MINAS). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0637630406314616>. E-mail: [yancabreu@gmail.com](mailto:yancabreu@gmail.com)

Através da sua dissuasão, percebe o fenômeno da disseminação da lógica maniqueísta acerca da necessidade da eliminação do inimigo enquanto um projeto sistêmico e estrutural.

Assim sendo, o controle desenvolvido mediante violência ultrapassa a atuação repressiva direcionada às vias de fato, de modo que o trabalho realizado pelos ministérios, departamentos e demais órgãos governamentais ilustra uma operacionalidade e execução especializadas para cada respectiva instância social.

Desse modo, em *1984*, o apelo ao ódio, à política de extermínio e ao culto da violência é instituído em uma dimensão cultural. Consequentemente, os campos da linguagem e da comunicação se tornam horizontes politicamente colonizados.

No que se refere ao campo da comunicação, Michel Foucault o reconhece enquanto um “interior de complexos mecanismos de restrição” (Foucault, 1996, p. 38). Desse modo, o exercício discursivo passa a ser exercício de poder — o poder, então, não incidente apenas nos corpos, mas nas palavras — como bem ilustrado no romance orwelliano.

Lado outro, Jürgen Habermas aprimora o estudo acerca da ética discursiva, através da sua teoria da comunicação, em que reconhece a linguagem enquanto instrumento de libertação. Para Habermas, porém, sem a observância dos princípios éticos comunicativos, a linguagem torna-se passível de instrumentalização, inclusive, para fins políticos.

Destarte, o diálogo ora traçado visa utilizar-se das teorias do discurso a fim de situar a instrumentalização linguística apresentada em *1984* no *locus* do autoritarismo político atual, o qual, através da utilização da hipermediatização — aqui analisada por meio dos apontamentos do filósofo Byung-Chul Han —, explicitam um cenário discursivo próprio da distopia.

## 2. O ÓDIO

Ainda no primeiro capítulo do *1984*, nos é apresentada a programação dos Dois Minutos de Ódio, a qual “variava de dia a dia, sem que porém Goldstein deixasse de ser o personagem central cotidiano” (Orwell, 1979, p. 16) e tinha como finalidade a hostilização verbal generalizada diante da imagem na *telatela* daqueles considerados dissidentes. Durante o par de minutos de ódio, havia permissibilidade para pronunciar, inclusive, palavras proibidas pelo regime.

A respeito da programação do ódio, cumpre-se pontuar seu caráter simultaneamente facultativo e inevitável, como compreendido por Winston:

Num momento de lucidez, Winston percebeu que ele também estava gritando com os outros e batendo os calcanhares violentamente contra a travessa da cadeira. O horrível dos Dois Minutos de Ódio era que embora ninguém fosse obrigado a participar, era impossível deixar de se reunir com os outros. Em trinta segundos deixava de ser preciso fingir. parecia percorrer todo o grupo, como uma corrente elétrica, um horrível êxtase de medo e vindita, um desejo de matar, de torturar, de amassar rostos com malho, transformando o indivíduo, contra sua vontade, num lunático a uivar e fazer caretas. E no entanto, a fúria que se sentia era uma emoção abstrata, não dirigida, que podia passar de um alvo a outro como uma chama dum maçarico. (Orwell, 1979, p.18)

Portanto, torna-se possível inferir a natureza viral e uníssona de tal discurso — desprovido de qualquer filtro de razoabilidade. Ainda, percebe-se a sua abstração inerente, de modo que o mesmo é passível de redirecionamento, não estando vinculado a qualquer precisão fática ou pessoalizada. Nesse sentido, Goldstein, o mais constante alvo, é caracterizado enquanto um protótipo da despersonalização — dele, nada se sabe, senão esparsos boatos difundidos no imaginário da população.

O decorrer do romance revela tamanha despersonalização do discurso de ódio, que passa a ser um fim em si mesmo: “O ódio continuou exatamente como antes. Apenas o alvo fora mudado” (Orwell, 1979, p. 171).

### 3. TEORIA HABERMASIANA DA COMUNICAÇÃO

A teoria da comunicação habermasiana, a qual identifica uma dicotomia entre o agir estratégico (precedido pela razão estratégica) e o agir comunicativo (precedido pela razão comunicativa), torna-se um possível recurso interpretativo do processo de difusão discursiva no romance orwelliano.

Primeiramente, para fins de situarmos-nos em relação a análise habermasiana dos processos comunicativos, importa salientar o conceito do *mundo da vida*, o qual é utilizado pelo filósofo para designar o pano de fundo das relações que serão estabelecidas. Para Habermas, o mundo da vida

Não somente forma o contexto para os processos de entendimento mútuo, mas também fornece os recursos para isso. O mundo da vida comum a cada caso oferece uma provisão de obviedades culturais donde os participantes da comunicação tiram seus esforços de interpretação os modelos de exegese consentidos. (Habermas, 1989, p. 166)

Logo, é de se concluir que o mundo da vida é um pressuposto possibilitador, notadamente dotado de matéria-prima interpretativa:

Podemos imaginar os componentes do mundo da vida, a saber, os modelos culturais, as ordens legítimas e as estruturas de personalidade, como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, da coordenação da ação, e da socialização, os quais passam através do agir comunicativo. Aquilo que brota das fontes do pano de fundo do mundo da vida e desemboca no agir comunicativo, que corre através das comportas da tematização e que torna possível o domínio de situações, constitui o estoque de um saber comprovado na prática comunicativa. (Habermas, 1990, p. 96)

Em contraposição ao mundo da vida, Habermas apresenta o conceito dos sistemas. Para o filósofo, os sistemas colonizam os elementos do mundo da vida através do processo de racionalização, de modo a possibilitar o desenvolvimento das chamadas patologias sociais, bem

como das contradições. A ideia do sistema, então, relaciona-se diretamente com o agir estratégico, o qual instrumentaliza a linguagem que torna-se, necessariamente, um meio para o alcance de um fim. Acerca dos colonização através dos sistemas, Habermas afirma:

Nesse momento surge, ao lado da economia diferenciada pelo “dinheiro”, um sistema de ação neutralizado eticamente. E tais instituições de primeira ordem, garantidas juridicamente, transladam diretamente o sistema do trabalho social para normas de direito civil. E, à medida que as ações são coordenadas pelo dinheiro, que constitui um meio não linguístico, as interações reguladas por normas se transformam em transações entre sujeitos de direito privado, que se orientam pelo “sucesso” (Habermas, 2012, p. 321)

Lado outro, o agir comunicativo se dá através do processo de mútuo entendimento linguístico, desvinculada de uma racionalidade teleológica (senão do próprio entendimento) e é através de tal ação que são desenvolvidas as interpretações críticas relativas ao mundo da vida:

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. (Habermas, 1989, p. 166)

A ação comunicativa, como mencionado, é alcançada através da racionalidade comunicativa, que é dotada de cunho emancipatório dos processos de racionalização e colonização.

Por outro lado, a emancipação do agir comunicativo de orientações valorativas particulares significa, ao mesmo tempo, a separação entre o agir orientado pelo sucesso e o agir orientado pelo entendimento. A generalização dos motivos e dos valores abre espaços para subsistemas do agir racional teleológico. E partir desse momento – em que se diferenciam contextos de agir estratégico – a coordenação da ação pode ser transladada para meios de comunicação que não mais necessitam da linguagem. . (Habermas, 2012, p. 326).

Nesse sentido, Habermas aprimora um estudo acerca da ética discursiva, de caráter deontológico — devendo haver apropriada observância de preceitos procedimentais (reflexões relativas a forma), nada contedísticos (Habermas, 1989) — voltado para o entendimento mútuo entre os agentes copartícipes do mundo da vida, compartilhado de modo intersubjetivo, busca-se o consenso. Aqui, necessário se faz destacar a imprescindibilidade dos fatores da cooperação e da corresponsabilidade:

Todo ato de intercompreensão pode ser concebido como fazendo parte de um processo cooperativo, de interpretação, procurando a definição intersubjetiva de situações — os conceitos dos três mundos servem de sistemas de coordenadas comuns, nos quais os contextos situacionais podem ser ordenados de modo a que um acordo seja obtido sobre o que os participantes podem tratar enquanto estados de fato, normas válidas ou experiências subjetivas de vida. (Habermas, 1987, p. 85)

Assim sendo, o diálogo entre a teoria habermasiana com o discurso analisado no romance se estabelece na medida em que, em 1984, ocorre a colonização da linguagem, desenvolvido não apenas através da *novafala* — que representa, fundamentalmente, uma questão relativa à sintaxe — mas, principalmente, no direcionamento de um *telos* político, sem o acatamento dos princípios habermasiano de cooperação e corresponsabilidade, além de necessariamente distante de qualquer possibilidade de emancipação. O que se constata, em 1984, é a razão estratégica, dotada de uma violência simbólica, enquanto precedente para uma ação fática de igual teor, como instruído pela filosofia habermasiana.

#### 4. AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO E AS MÍDIAS SOCIAIS

O apontamento demonstrado em relação ao paralelo desenvolvido entre teoria da comunicação habermasiana e o regime do Grande Irmão não implica em qualquer exclusividade entre ambos. Em verdade, a similitude a ser desenvolvida é própria da generalidade dos governos autoritários. Por tal motivo, viável se torna a analogia à nível de análise da política nacional, especialmente em relação a elaboração de suas estratégias discursivas.

No entanto, devem-se, primeiramente, ser tecidas considerações acerca da peculiaridade do contexto atual: o papel desenvolvido pelas redes sociais, que se tornaram um meio descentralizador responsável pelo alastramento do discurso propagado, marcado especialmente pela aceleração, desmediatização, transparência e positividade.

A obra do filósofo coreano Byung-Chul Han volta-se para a análise de tais conceitos característicos das dinâmicas digitais. Han anuncia a chamada violência da positividade, a qual “parte da spamização da linguagem, da supercomunicação, da superinformação, da massa de linguagem” (Han, 2018, p. 9), apontando constantemente para as ideias de liberalidade e desregulamentação. Os efeitos desse excesso de positividade indicariam uma eliminação das barreiras e a promiscuidade — processo esse que é instituído através da modalidade simbólica, decorrente do encadeamento automatizado do costume, e que implica, conseqüentemente, na naturalização do seu conteúdo violento. De acordo com Byung-Chul Han,

A violência simbólica é uma modalidade que serve do automatismo do costume. Ela se inscreve nas coisas autoevidentes e naturais, nos modelos de percepção e de comportamento que se tornaram hábito. A violência é, de certo modo, naturalizada. Sem o emprego da violência física, marcial, ela provê as condições para que as relações de domínio vigentes se mantenham (Han, 2018, p. 23)

Nesse aspecto, a comunicação digital destoa das demais modalidades de comunicação por apresentar uma temporalidade própria e, assim, permitir a difusão do *pathos*, do desequilíbrio:

A comunicação digital, em contrapartida, torna uma descarga de afetos instantânea possível. Já por conta de sua temporalidade ela transporta mais afetos que a comunicação analógica. A mídia digital é, desse ponto de vista, uma mídia de afetos. (Han, 2018, p. 15)

Como consequência de tal processo comunicativo, a sociedade digital, distante do desenvolvimento ou do culto a linguagem, torna-se uma sociedade da indignação, que utiliza-se das ondas de indignação para comunicar-se. Entretanto, tais ondas não integram uma unidade discursiva, por “não permitirem nenhuma comunicação discreta e factual, nenhum diálogo, nenhum discurso” (Han, 2018, p. 22).

No cenário virtual, não há espaço ou tempo para meios mediadores da informação — esses são sacrificados em nome da transparência e da eficiência. Desse modo, o que ocorre é o domínio do instantâneo

A transparência total força a comunicação política a uma temporalidade que torna impossível um planejamento lento e de longo prazo. Não é mais possível deixar que as coisas amadureçam. O futuro não é a temporalidade da transparência.

Sob a ditadura da transparência, opiniões desviantes ou ideias inabituais não chegam mesmo a ter voz. O imperativo da transparência produz uma forte pressão para o conformismo. Ela faz, como a vigilância permanente por câmeras, surgir a sensação de se estar sempre observado. Nisso consiste o seu efeito panóptico. Chega-se, por fim, a uma uniformização da comunicação ou a uma repetição do mesmo. (Han, 2018, p. 39-40)

Contraditoriamente, ainda que instituída através de ideais de liberdade e desregulamentação, a sociedade da transparência se aproxima da sociedade do controle. A difusão e o excesso de informação, nessa senda, tornaram-se contraproducentes. O controle passa a ser difuso, extenso e disseminado:

A sociedade da transparência tem uma proximidade estrutural da sociedade de vigilância. Onde se pode adquirir muito rápido e facilmente informações, o sistema social muda da confiança para o controle e para a transparência. Ela segue a lógica da eficiência.

[...] A possibilidade de um protocolamento total da vida substitui a confiança inteiramente pelo controle. No lugar do Big Brother, entra o Big Data. O protocolamento total e sem lacunas na vida é a consumação da sociedade da transparência. (Han, 2018, p. 122)

Por fim, a sociedade da transparência e a desmediatização trazem, como última consequência, a aniquilação do respeito, dando lugar ao espetacularização do explícito, a promiscuidade. Isso porque

O respeito pressupõe um olhar distanciado, um *pathos da distância*. Hoje, ele dá lugar a um ver sem distância, característico do espetáculo. O verbo latino *spectare*, ao qual espetáculo remonta, é um olhar voyeurístico, ao que falta a consideração distanciadada, o respeito (*respectare*). A distância distingue o *respectare* do *spectare*. Uma sociedade sem respeito, sem o *pathos da distância*, leva à sociedade do escândalo. (Han, 2018, p. 11)

A exemplificação dos apontamentos feitos por Byung Chul-Han se fizeram indiscutivelmente presentes nas relações midiáticas políticas no Brasil, diante da utilização das redes sociais enquanto *locus* deliberativo. O que observou na campanha eleitoral de 2018 constituiu um fenômeno até então inédito relativo às informações veiculadas aos candidatos, que desempenharam caráter decisório dos rumos políticos do país.

A aplicação do discurso político do antagonico se desenvolveu de tal modo que houve completa dissolução do discernimento no que deveria ser uma construção dialética, mútua. Ocorreu uma inegável mudança de paradigma relativa a estética do discurso - a violência anteriormente diluída pelos meios intermediários, com o desaparecimento da distância, torna-se explícita, promíscua, pornográfica e se desenvolve por meio de uma linguagem marcada por inverdades e sensacionalismos.

## 5. CONCLUSÃO

George Orwell, em *1984*, ilustrou diversas problemáticas relativas à linguagem. Através do discurso difundido pela elite política da Oceania, verificam-se fatores tais como a viralidade, a homogeneidade, o maniqueísmo, o apelo à violência e ao explícito. Entretanto, ao adentrar nas possibilidades linguísticas, especialmente as apontadas por Habermas, o que se observa é o distanciamento do caráter emancipatório possibilitado (apenas) através do agir comunicativo.

Em verdade, a linguagem em *1984* é desenvolvida como um projeto. O cenário de *1984* é colonizado por sistemas, os quais forjam os elementos do mundo da vida e possibilitam a manutenção do autoritarismo do Grande Irmão. Sobretudo, o discurso de *1984* é posto enquanto instrumento. A possibilidade do regime violento e totalitário vigente se sustenta na violência da palavra, nos minutos e na semana de ódio incessantemente estimulados pelos governantes e mantidos através de sua aparelhagem ideológica.

Nesse sentido, é cabível recorrer ao apontamento foucaultiano relativo ao discurso, enquanto não sendo “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10), o qual possibilita visualizar o campo da linguagem como um meio do desenvolvimento

das relações de poder e de controle e compreender o modo que a dominação da linguagem precede todas as demais formas de domínio.

Ao aplicarmos a narrativa de *1984* ao fim que, enquanto distopia, se destina, e a utilizarmos como mecanismo de análise da modernidade, chega-se ao fator comum entre o discurso autoritário midiático contemporâneo e o ali explicitado: entre a distopia e a narrativa contemporânea, ambas com seus meios de propaganda, o discurso, ao distanciar-se do exercício ético, torna-se instrumento.

O discurso do ódio, em sua dimensão da violência simbólica, se torna sustentáculo programado, pressuposto — antecipa e possibilita o estabelecimento da violência fática e explícita.

## 6. REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo. Loyola. 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica - Para uma crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Rio de Janeiro. Vozes. 2018.
- HAN, Byung-Chul. *No exame: Perspectivas do digital*. Rio de Janeiro. Vozes. 2018.
- ORWELL, George. *1984*. 11ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1978.